



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

JUSSARA MARIA PEREIRA MARIANO

***O PATINHO FEIO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS ACERCA DA  
INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO REGULAR***

CAMPINA GRANDE - PB  
JUNHO - 2011

JUSSARA MARIA PEREIRA MARIANO

***O PATINHO FEIO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS ACERCA DA  
INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO REGULAR***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Banca Examinadora da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Márcia Candelária da Rocha**

CAMPINA GRANDE - PB

JUNHO – 2011

M333p

Mariano, Jussara Maria Pereira.

O patinho feio [manuscrito]: perspectivas teóricas acerca da inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular / Jussara Maria Pereira Mariano. – 2011.

**21 f.**

**Digitado.**

**Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2011.**

“Orientação: Prof. Ma. Márcia Candelaria da Rocha, Departamento de Psicologia”.

1. Educação Especial. 2. Inclusão Escolar. 3. Pessoa Portadora de Deficiência. 4. Psicologia Educacional. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

JUSSARA MARIA PEREIRA MARIANO

**O PATINHO FEIO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS ACERCA DA  
INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO  
REGULAR**

MONOGRAFIA APROVADA EM: 22 / 06 / 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

*Marcia Candelaria da Rocha*

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Márcia Candelária da Rocha

Orientadora

*Judy Gláucia de Vasconcelos Costa*

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Judy Gláucia de Vasconcelos Costa

Examinadora

*Ellis Regina Ferreira dos Santos*

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Ellis Regina Ferreira dos Santos

Examinadora

*Dedico este trabalho à minha **mãe**, aquela que abriu mão dos seus sonhos para a realização dos meus; a quem devo parte do que sou. Obrigada mainha por seu amor incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

À *Deus* pela luz concedida nos momentos em que pensei em desistir, iluminando-me e encorajando-me à seguir em frente;

À minha mãe *Nita*, exemplo de força e coragem, de dedicação e amor incondicional, a quem agradeço por tudo, pois sem seus esforços, tudo teria sido mais difícil. Te amo mainha!

À meu pai *Antônio Mariano*, por seus ensinamentos, orações e por tantas vezes ter me ajudado nos trabalhos acadêmicos;

À meu filho *Artur*, que me ensinou o verdadeiro sentido do amor. A meu pequenino que é o motivo maior da minha força e que me fazia rir, quando eu tinha vontade de chorar. É dele sem dúvida o sorriso mais sincero que recebo. Amo-te, filho!

À meu esposo *Adelson*, pela sua compreensão, companheirismo e amor, por estar comigo desde o início desse sonho, escutando minhas “neuroses”. Estar sem dúvida se “formando” também em psicólogo, não é Deise?

À minha *Vó Inês* pelas suas orações e certeza que um dia eu iria ser “doutora”;

À meus irmãos *Bhira* e *Iara*, por terem sido babás do meu filho, me ajudando em vários momentos, sendo mais que irmãos, amigos;

Às minhas instâncias psíquicas: *Dea* (Id), *Lydia* (Superego) e *Débora* (Ego), aquelas em que pude ao longo de cinco anos, compartilhar realidades e sonhos, as amigas de trabalho, dos sonos mal dormidos, de risadas e choros, aquelas em que pude/posso/poderei sempre chamar de AMIGAS. Sem vocês não teria sido tão bom, não estaria deixando tanta saudade;

Às minhas super amigas de sempre, as que estiveram comigo desde o início, as minhas primas, comadres, irmãs, cúmplices: *Marícia, Deise, Mabel, Michele e Patrícia*. "Com vocês faria isso mil vezes"...

À *Débora Cristiane*, pela confiança e oportunidade, a quem sempre serei grata;

À minha orientadora *Márcia Candelaria*, por ter aceitado o meu convite, para me orientar, pela sua compreensão, disponibilidade e carinho;

À *Elis Regina*, por ter aceitado meu convite, em cima da hora, para participar da minha Banca Examinadora, demonstrando grande carinho e atenção;

À *Judy Gláucia*, também pela aceitação em fazer parte da minha banca examinadora, obrigada mesmo;

Às meninas de educacionais, *Eveline e Raysa*, pelo companheirismo, experiências vivenciadas e trocadas e os telefonemas diários;

Ao professor *Ivo*, ministrante da disciplina Psicologia e Educação Especial, me fazendo ter um novo olhar diante dessa questão;

Às inesquecíveis professoras: *Joanna Darc e Maria José*, as quais foram mais que mestras, grandes amigas;

À outras pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para tal realização, *Madrinha Socorro, Genilson, D.Leninha, Drica, Aninha, Libânea*, entre outros. Pessoas muito especiais em minha vida.

*“Incluir significa promover e reconhecer o potencial inerente a todo ser humano em sua maior expressão: a diferença. Assim, toda inclusão depende, primordialmente, do olhar de cada um.”*



**O PATINHO FEIO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS ACERCA DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO SISTEMA DE ENSINO REGULAR**

**THE UGLY DUCKLING: THEORETICAL PERSPECTIVES ON INCLUSION FOR PEOPLE WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS INTO THE REGULAR TEACHING SYSTEM**

**Márcia Candelária da Rocha**

*(marciacandelaria12@hotmail.com)*

**Jussara Maria Pereira Mariano**

*(duduamariano@yahoo.com.br)*

**RESUMO:**

*Este artigo visa discutir aspectos relevantes no que concerne a inclusão educacional escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, especificamente as pessoas deficientes, em busca de uma Educação para a Diversidade. Pretende-se apresentar através de uma revisão bibliográfica, um levantamento histórico, de como o deficiente era visto pela sociedade e de como ele estar sendo inserido na escola, bem como, levar em consideração perspectivas e tendências atuais sobre o tema em questão. Para tanto esta pesquisa monográfica será focalizada em discussões acerca da pedagogia inclusiva, a partir do ponto de vista adotado por Barbosa, 2006, Bartalotti, 2006, Costa, 2009, Mantoan, 1997, Jannuzzi, 2006, Sassaki, 1997, entre outros. Assim, o referido trabalho objetivou analisar na literatura da Psicologia e da Educação Inclusiva brasileira as concepções historicamente construídas sobre inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, assim como, investigar as diversas formas de o deficiente ser percebido nos vários tempos e lugares; apreender a construção escolar proposta ao deficiente e refletir não somente sobre a inclusão educacional, mas também, a inclusão social. Portanto, no que diz respeito a essas pessoas, a análise de nossa realidade tem mostrado que de uma maneira geral, esta parcela da população está precariamente incluída nos diversos âmbitos sociais especialmente no que se refere ao sistema de ensino regular.*

**PALAVRAS-CHAVES:** *Inclusão. Necessidades educacionais especiais. Ensino regular.*

**ABSTRACT:**

*This article aims at discussing relevant aspects regarding inclusion for people who have special educational needs into the educational system, more specifically those with disabilities. The article attempts to search for ways to enhance Diversity Education. We intend to present, by means of the review, a historical survey of how the disabled were seen by society and also show the present-day tendencies concerning the subject. Thus, this monograph will focus on discussions regarding inclusive pedagogy, based on the views adopted by Barbosa (1997), Bartalotti (2006), Costa (2009), Mantoan (1997) Jannuzzi (2006) Sasaki (1997), among others. We also have the objective of analyzing what Psychology and Special Educational works have to say about the historically built concepts regarding inclusion at school for people who have special educational needs. We also intend to investigate the diverse ways the disabled are treated in different times and places; to capture the school framing designed for the disabled, and reflect not only on educational inclusion, but also on social inclusion. Therefore, concerning such people, the analysis of our reality has shown that, in general, they are not properly included in the various social scopes, especially in the regular teaching system.*

**KEY-WORDS:** *Inclusion. Special educational needs. Regular teaching.*

**INTRODUÇÃO**

A inclusão é sem dúvida um assunto muito discutido na sociedade atual. É importante destacar que o conceito de inclusão é relativamente amplo. Segundo Bartalotti (2006) a questão da inclusão social é muito mais ampla do que pode parecer em uma análise apressada. Só precisa-se falar de inclusão porque existem pessoas que pelos mais variados motivos, encontram-se alocados em uma categoria aparentemente específica: a dos excluídos.

Diante disto, surge um questionamento, será que existe realmente exclusão? Segundo Martins (1999) apud Bartalotti (2006) a exclusão de fato, não existe. Afirma o autor:

“... o que vocês estão chamando de exclusão é, na verdade, o contrário de exclusão. Vocês chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal” (BARTALOTTI, 2006, p.09).

Em meio a esse conturbado âmbito de discussão e, em específico na área da educação especial, surge a problematização do processo de inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular. Essa proposta faz parte de um conjunto de medidas que têm sido tomadas por parte de

estabelecimentos de ensino, sobretudo, da rede pública para ir ao encontro da nova LDB (Lei de Diretrizes de Bases).

Portanto, o interesse por esse estudo partiu da disciplina *Psicologia e Educação Especial* do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), principalmente a partir de debates em sala de aula; na realização de grupos operativos extras - sala, onde se organizou um debate com convidados, presença de alunos de outros cursos, como também, na realização de passeios em instituições filantrópicas que atendem pessoas com necessidades educacionais especiais na cidade de Campina Grande/PB, as quais nos proporcionaram uma vivência muito significativa. Considera-se que as observações realizadas possibilitaram uma maior compreensão da realidade excludente e favoreceram uma reflexão acerca das possibilidades de intervenção de uma educação para a diversidade.

De acordo com Martínez (2007) a inclusão escolar constitui hoje um dos temas mais debatidos no contexto educativo. O caráter excludente da sociedade contemporânea, a situação da escolarização no país e as políticas educacionais em relação à inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais, entre outros, têm constituído importantes elementos para incentivar as discussões sobre este relevante tema.

Sendo assim esse objeto de estudo justifica-se, em função da inexistência de uma ampla ação educacional no país, em nível de sistema escolar, voltado para atender às necessidades educacionais das pessoas numa escola regular, independentemente da sua diversidade.

Segundo Bartalotti (2006), através dos tempos as pessoas com deficiência têm sido vistas de diferentes maneiras, o que obviamente leva a diferentes formas de tratá-las. Portanto, pretende-se apresentar através de uma revisão bibliográfica, um levantamento histórico, de como o deficiente era visto pela sociedade e de como ele estar sendo inserido na escola, bem como, levar em consideração perspectivas e tendências atuais sobre o tema em questão, com a finalidade de entender melhor o olhar que hoje predomina. Por fim, refletir enquanto futuros psicólogos acerca do nosso papel frente a essa temática, em virtude da mesma se fazer tão presente no nosso cotidiano.

No que concerne à escolha do título: “O patinho feio”, trata-se de uma alusão a um clássico da literatura infantil, que retrata a história de um cisne que nasceu entre os patinhos e por ser diferente desses, era excluído deste meio, enfrentando

barreiras atitudinais, porém, quando foi desfeito o engano e o “patinho” achou seu verdadeiro espaço, o dos cisnes, ele foi bem aceito, uma vez que era igual aos demais. Portanto, de acordo com Bartalotti (2006) é possível afirmar que o fato de alguém estar excluído de algum espaço significa, então, que não pertence a este, mas, com certeza, pertence a algum outro. A questão é que essas inclusões nem sempre são favoráveis ao desenvolvimento da pessoa, à sua sobrevivência.

Para tanto esta pesquisa monográfica será focalizada em discussões acerca da pedagogia inclusiva, a partir do ponto de vista adotado por, Barbosa, 2006, Bartalotti, 2006, Costa, 2009, Mantoan, 1997/2004, Jannuzzi, 2004/2006, Sasaki, 1997, entre outros.

Assim, o referido trabalho objetivou analisar na literatura da Psicologia e Educação inclusiva brasileira as concepções historicamente construídas sobre inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, assim como, investigar as diversas formas de o deficiente ser percebido nos vários tempos e lugares; apreender a construção escolar proposta ao deficiente e refletir não somente sobre a inclusão educacional, mas também, a inclusão social.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### *O percurso histórico*

A história da educação brasileira mostra-nos que a educação foi centro de atenção e preocupação apenas nos momentos e na medida exata em que delas sentiram necessidade os segmentos dominantes da sociedade. Este modelo de interpretação de nossa história educacional fornece também os elementos para o entendimento da história da educação do deficiente.

Desta forma, ao longo da história deparamo-nos com a negligência alusiva à educação da população em geral e conseqüentemente com a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Para entender melhor esse processo histórico procurar-se-á retroceder um pouco no tempo registrando de forma sucinta períodos da história no Brasil (Antiguidade, Idade Média e Renascimento) bem como, três momentos significativos que marcaram a educação especial brasileira: (o tempo da exclusão/segregação o tempo da integração e o

tempo da inclusão) estes serão relatados nesta ordem por fins meramente didáticos e até mesmo de predominância.

No período da Antiguidade, as pessoas deficientes eram tidas como loucas ou seres subumanos. A compreensão sobre a deficiência estava muito ligada ao sobrenatural. “Vista como possessão demoníaca ou como castigo divino, essas pessoas eram sistematicamente eliminadas, pelo sacrifício de sua vida ou pelo abandono” (BARTALOTTI, 2006, p. 41). Na Idade Média, com o fortalecimento do cristianismo, é difundida a idéia de que todos são filhos de Deus e o deficiente passou a ter “alma”; essa concepção impede a eliminação pura e simples das pessoas com deficiência. Nesta época, surgem os primeiros espaços assistenciais, em organizações religiosas. No Renascimento, surge à preocupação com o indivíduo e com as explicações científicas para os males que o afligem, não era mais nos deuses que estava a sua explicação, mas sim no corpo da pessoa; não era mais possesso, mas sim doentes. Assim, de acordo com Costa (2009), a deficiência começou a ser encarada de forma mais patológica, como doença, as pessoas passaram a ser tratadas por médicos e deixaram de ser um problema de ordem religiosa ou moral.

Em relação aos momentos significativos que marcaram a educação especial brasileira, Barbosa (2006) afirma que o tempo da *exclusão/segregação* foi denominado de período do silêncio, onde as pessoas com necessidades educacionais especiais eram silenciadas, muitas vezes pela própria família e pela sociedade, que nem se quer as viam como gente. Trata-se de um período caracterizado pela ausência total de políticas públicas voltadas para o atendimento desse segmento da população.

A educação das pessoas deficientes assim como a educação popular não era uma preocupação dos governantes, uma vez que o interesse estava voltado para a elite brasileira. Desta forma as pessoas deficientes viviam “enjauladas” em instituições segregadoras que as impediam de viver em ambientes comum a todos. Enquanto era possível e conveniente, os deficientes eram segregados da sociedade, ao passo que, mais tarde, a

“defesa da educação dos anormais foi feita em função da economia dos cofres públicos e dos bolsos dos particulares, pois só assim se evitariam manicômios, asilos e penitenciárias, tendo em vista que essas pessoas seriam incorporadas ao trabalho” (JANNUZZI, 2006, p. 53).

Por muito tempo tais pessoas foram percebidas sob um enfoque apenas assistencialista, filantrópico por se acreditar que eram incapazes de aprender como os demais e conseqüentemente de freqüentar uma escola regular. Observa-se que a maioria da população era marginalizada, excluída ou segregada do sistema educacional regular de ensino.

Segundo Jannuzzi (2006) no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. De acordo com Barbosa (2006) essas escolas representam o marco inicial da Educação Especial no Brasil e na América do Sul.

Conforme Costa (2009) ainda no século XIX, os deficientes eram segregados, confinados à reclusão ou a asilos-escola, onde não faltavam o cuidado médico, o alimento e a caridade, porém, mesmo com o surgimento das preocupações no nível educacional, não se notou nesses espaços de confinamento o desenvolvimento de atividades pedagógicas significativas. O deficiente ainda era atendido numa perspectiva de assistencialismo, não se previa a sua emancipação por meio da educação.

No século XX, a medicina influenciou fortemente até os anos de 1930, mas foi gradualmente substituída pela psicologia, principalmente devido à influência de Helena Antipoff nos cursos de formação de professoras. É fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei no 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A educação destinada às pessoas deficientes foi por muito tempo, considerada como diferenciada da educação regular. Essa diferença estava relacionada tanto ao tipo de aluno que a recebia como também à proposta curricular operacionalizada, aos recursos, materiais e equipamentos específicos utilizados que buscavam

atender exclusivamente às necessidades dos mesmos com o objetivo de favorecer o processo de ensino-aprendizagem. Pensava-se num ensino no qual o professor tivesse como papel fundamental, tornar o aluno com deficiência um ser normal igual ou mais aproximado possível do aluno da escola regular.

O tempo da *integração* iniciou-se nos anos 50 somente nos países do norte Europeu (Suécia e Dinamarca). Que tinha como princípio oferecer condições favoráveis às pessoas com deficiências, para que tivessem uma vida “normal”, como as demais crianças. Já no final dos anos 60 e início dos anos 70 o movimento de integração foi se expandindo pela Europa e pelo mundo tendo ênfase maior nos Estados Unidos e Canadá.

No Brasil, no período compreendido entre 1977 a 1979 foi elaborado o 1º Plano Nacional de Educação Especial. Assim, foram programadas ações prioritárias de treinamentos que envolvia: capacitação de técnicos dos órgãos centrais de Educação Especial, planejamento, capacitação de profissionais, preparação de docente em nível de especialização, entre outras medidas.

Segundo Barbosa (2006), somente nos anos 80, com a deflagração do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, essas pessoas começaram, lentamente, a serem vistas como seres humanos capazes de aprender e de ter uma vida mais autônoma. No entanto, as práticas educativas, em sua maioria, continuavam a ser exercidas de uma forma excludente, colocando fora da escola regular aqueles alunos que não se adaptavam ao sistema de ensino, ou, de outra forma, esquecendo-os em suas classes especiais.

A integração passa a existir para derrubar o exercício da exclusão a que foram submetidas às pessoas deficientes por vários séculos. Logo, segundo Sasaki (1997) a integração tinha e tem o mérito de inserir a pessoa com deficiência na sociedade, sim, mas desde que ela seja de alguma forma capacitada a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existente.

Portanto, há um avanço no tempo de integração, ainda que lento, da concepção das pessoas com algumas necessidade e estas são integradas ao sistema de ensino, ainda que com grande precariedade, pois nesta concepção o aluno é que tem que se integrar a escola. Pois se tinha a intenção de se colocar o aluno com deficiência no sistema de ensino regular sem, no entanto, haver uma preocupação de lhe oferecer os recursos necessários para efetiva integração.

Observa-se que neste tempo os alunos de classes populares tiveram acesso ao ensino regular, embora muitos fracassassem consideravelmente permanecendo vários anos nas mesmas séries, evadindo-se logo depois das escolas. Destarte, a integração pouco contribuiu para a superação da discriminação desses alunos. Mesmo assim não podemos desconsiderar o avanço que o movimento de integração trouxe, a partir da evolução de um sistema de educação antes totalmente segregado e no qual, os alunos com necessidades educacionais eram concebidos como incapazes de aprender.

Esse novo olhar sobre esses educandos, agora como seres capazes de aprender juntos com outros em uma classe regular, prevaleceu durante toda a década de 80. Como diz Mantoam (1997), pelo menos teoricamente [houve] oportunidade do aluno, transitar do sistema de ensino regular ao ensino especial.

No que concerne ao *tempo da inclusão* é o tempo que se almeja para incluir as pessoas com necessidades educacionais especiais na sociedade. Deste modo, o vocábulo integração começa a ser abandonado uma vez que o objetivo não é mais integrar, e, sim, incluir o aluno ou um grupo de alunos que foram excluídos do referido sistema, tendo como meta não deixar ninguém fora do ensino regular, de modo que os sistemas em apreço considere as necessidades de todos os alunos e que a escola seja estruturada levando em consideração essas necessidades individuais. Sendo assim, a presença do aluno com necessidades educacionais especiais nessas classes, embora torne o conjunto de alunos mais heterogêneo e complexo, também o torna mais rico e significativo, exigindo da escola novos posicionamentos, para que possa se adequar às necessidades individuais dos educandos, bem como se adaptar aos seus estilos e ritmos de aprendizagem.

Os anos 90 foram marcados por lutas e por conquistas, expressas, entre outras formas, através de documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), que representa um compromisso firmado, assegurando as necessidades básicas referentes à aprendizagem das crianças e dos jovens de todo o mundo.

No entanto, havia uma preocupação pelo Estado voltada a adaptação destas pessoas ao mercado de trabalho para gerarem renda. Ocorreu a Declaração de Salamanca, “assinada pelo Brasil juntamente com outros 91 Governos e 25 Organizações em 1994, na Espanha” (BARBOSA, 2006, p.33), a qual postula que as diferenças devem ser celebradas, a aprendizagem apoiada e respondida



adequadamente a todas as necessidades dos alunos. Essa declaração defende os princípios da inclusão, através do reconhecimento da idéia e da prática de uma escola para todos, isto é, de uma escola que inclua todas as pessoas, celebre as diferenças, apóie a aprendizagem e responda adequadamente as necessidades dos alunos. Sendo assim, aponta-se a inclusão do alunado na rede de ensino como um avanço em relação à integração, porquanto implica uma reestruturação do sistema comum de ensino.

Nesse período, também foram elaboradas e firmadas leis que acobertassem as pessoas com necessidades educacionais especiais, as quais surgiram desde a primeira LDB (n. 4.024), seguida pela n. 5.692/71, com artigo específico, e agora com todo um capítulo (V), na LDB n. 9.394/96. Contudo, a realidade brasileira é bem diferente, uma vez que estas leis não têm se concretizado na prática, os órgãos públicos não têm abraçado a inclusão propriamente dita. Deixando então, a cargo das instituições filantrópicas como se pode perceber desde o início da história da educação dos ditos “anormais”.

Ainda assim, o Brasil dá os seus primeiros passos em busca de uma educação para todos através de uma política educacional de modo a garantir a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo.

### Quem são as pessoas com necessidades educacionais especiais?

Diante do exposto, torna-se relevante apontar quais as pessoas que estão sendo enfatizadas nesta pesquisa. Sendo assim, pode-se questionar quem são as pessoas com necessidades educacionais especiais?

Segundo Espanha (1994), para a Declaração de Salamanca - introdução 03 - são aquelas cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Porém, de acordo com Manso (2003) a Constituição Federal contempla também outros tipos, afirmando o seguinte: além desses grupos, determinados segmentos da comunidade permanecem igualmente discriminados e à margem do sistema educacional. É o caso dos superdotados, portador de altas habilidades brilhante e talentoso que, devido a necessidades e motivações específicas – incluindo a não aceitação da rigidez curricular e de aspectos do cotidiano escolar – são tidos por muitos como trabalhadores e indisciplinados, deixando de receber os serviços

especiais de que necessitam. Assim, esses alunos muitas vezes abandonam o sistema educacional, inclusive por dificuldades de relacionamento.

Outro grupo que é comumente excluído do sistema educacional é composto por alunos que apresentam dificuldades de adaptação escolar por manifestações de condutas peculiares, de síndromes e de quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento, dificuldades acentuadas de aprendizagem e prejuízo no relacionamento social.

Constata-se que a legislação contempla todos os tipos de pessoas que possuam qualquer diferença considerada fora dos padrões sociais de normalidade. Desde as diferenças físicas mais perceptíveis às diferenças de comportamento, como aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica. Problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolingüísticos, psicomotores, motores, e ainda a fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter social.

Diante do exposto pode-se constatar que, o termo pessoas com necessidades educacionais especiais engloba diversas categorias. Porém, a categoria que será abordada neste trabalho é a que se origina em função das deficiências, as quais de acordo com Manso (2003) estão presentes nos seguintes grupos: *deficiente físico*, *deficiente auditivo*, *deficiente visual*, *deficiente mental* e *deficiente múltiplo*.

O *deficiente físico*: é o portador de alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física; *deficiente auditivo*: é acometido de perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras; *deficiente visual*: é aquele que possui diminuição da acuidade visual, redução do campo visual ou ambas as situações; *deficiente mental*: aquele cujo funcionamento intelectual é significativamente inferior à média, sendo esta manifestação presente desde antes dos dezoito anos de idade e associada a limitações em duas ou mais áreas de habilidades adaptativas (comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho); *deficiência múltipla*: quando ocorrem associações de duas ou mais deficiências.

Segundo o artigo 3º do Decreto 3298 de dezembro de 1999, o qual regulamenta a lei 7853/1989, considera-se deficiência a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Portanto, ao pensar no que realmente ocorre nas escolas quanto às relações sociais entre alunos e professores, pode-se constatar que será mais fácil perceber estes tipos de excluídos citados, por se tratarem de deformidades muito fáceis de serem percebidas.

Porém, mesmo focados nos deficientes, não se deve esquecer as outras categorias, nas quais a discriminação e falta de apoio que recebem esses tipos socialmente privados por fatores econômicos, ambientais, ou por dificuldades cognitivas de aprendizagem, são naturalmente excluídos sem que se atente para tal situação, pois as conseqüências, muitas vezes, não são percebidas de forma imediata.

Não obstante, a idéia fundamental da inclusão pressupõe a adaptação do sistema escolar às necessidades dos alunos. A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos independente de quaisquer diferenças, sejam elas físicas, sociais, ou raciais.

O que importa nessa perspectiva, é que durante o processo educativo, a aceitação das diferenças individuais deve ser concebida como um atributo e não como um obstáculo, buscando valorizar a diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas.

Para isso, o Brasil vem buscando implementar, nos últimos anos, a educação para todos, regulamentando o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, entre elas, as que apresentam deficiência, de participarem, assim como quaisquer outras, da educação ministrada na rede regular de ensino, como também de terem um serviço de apoio especializado para atender às peculiaridades desses alunos.

### *Inclusão educacional escolar*

Para entender melhor o processo de inclusão educacional escolar, é necessário que se retorne um pouco a história, como se vem fazendo em toda pesquisa, no intuito de melhor entender o olhar que hoje predomina.

Segundo Costa (2009), a delimitação e identificação da deficiência na escola permitiram o desenvolvimento de um ensino especializado para essa população. No

Brasil, essa educação especializada ficou primeiramente conhecida como ensino emendativo; que tinha por objetivo a reabilitação dos indivíduos com deficiência, isto é, “consertar o que estava errado para depois inseri-lo nos ambientes sociais freqüentados pelos demais” (JANNUZZI, 2004, p.70).

O ensino emendativo, era organizado por meio de classes especiais, que deveriam funcionar anexas às escolas comuns. O objetivo dessas classes especiais era fornecer o ensino especializado aos alunos considerados deficientes. Contudo, a crítica que se tece a esse fato é que a escola não mudava para atender os alunos; estes que deveriam se enquadrar aos seus padrões. “A responsabilidade pelo sucesso ou fracasso na tentativa de integração era atribuída aos próprios alunos” (COSTA, 2009, p.19).

Esse cenário revela que a concepção de deficiência vigente passa a aceitar a cura para a deficiência. Por meio do ensino emendativo, dos serviços especializados, esses alunos poderiam curar seus déficits com relação aos demais e, assim, inserir-se na sociedade. Destaca-se, porém, que há um avanço quando se fala em cura, mas vê-se atualmente que não se trata de uma questão apenas de “curar”. É uma questão que vai além do que isso é enxergar a pessoa em si e não a doença.

De acordo com Costa (2009) o ensino especializado foi sendo organizado e oferecido principalmente por entidades assistencialistas e filantrópicas, como a Sociedade Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES). O Estado só assumiu essa função a partir da década de 1960, com o desenvolvimento de campanhas para a educação das pessoas com deficiências, e, mais especificamente em 1973, com a fundação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), primeiro órgão federal responsável pela política nacional de Educação Especial, que mais tarde passaria a ser a Secretaria de Educação Especial (SEESP). Com isso, o Estado ofereceu o ensino especializado, agora conhecido como Educação Especial e não mais o ensino emendativo.

A partir da segunda década de 1990, o Brasil passou a adotar os princípios da perspectiva da inclusão escolar, cujo maior avanço em relação à proposta da inclusão escolar é de que o ambiente escolar também tem que mudar para atender a diversidade do alunado. “A responsabilidade pelo sucesso ou fracasso dos alunos no ambiente escolar passou a ser também do sistema educacional, e a escola deve estar atenta e apta para atender essa diversidade” (COSTA, 2009, p.19).

Para tanto, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, criou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, instituído pela Portaria n. 13 de 24 de abril de 2007. O Programa tem como finalidade a disponibilização dessas Salas e visa apoiar as redes públicas de ensino na organização e na oferta do Atendimento Educacional Especializado, o qual é definido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços físicos localizados nas escolas públicas de educação básica, específicos para o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, em turno contrário ao que freqüentam a escola comum, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Elas são constituídas de mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos e de professores com formação para realizar o AEE.

Tudo isso visando um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

Entende-se que a escola, por ser a grande construtora e disseminadora de padrões sociais precisa fazer parte desse processo inclusivo, utilizando práticas que possam permitir a consolidação do direito de todos. A escola, como uma instituição mediadora na construção do conhecimento, tendo como objetivo levar cultura para um número cada vez maior de pessoas leva para si uma gama de responsabilidade muito grande. "É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tenha papel muito importante, é da escola a maior parcela" (MELLO apud MANTOAN 1997, p.13).

A escola traz consigo toda uma bagagem de cultura e de saberes que atendiam às necessidades de uma determinada época e clientela. Se antes o "excepcional" era eliminado da sociedade, hoje ele tem seu direito adquirido por uma lei, a qual o coloca como um ser igual às outras crianças, vivendo como as outras e recebendo dentro de um estabelecimento de ensino sua formação educacional. Para isso, há de (re) pensar com muita cautela sobre a estrutura escolar, nossa avaliação, nossa

interação com as famílias e os conhecimentos adquiridos pelos professores para atender a este aluno.

Segundo Barbosa (2006), vive-se momentos de constantes reflexões sobre as práticas pedagógicas, em busca de viabilizar um ensino de qualidade para todos os alunos independentemente de sua raça, religião, fator econômico, de qualquer alteração sensorial, cognitiva, física ou de altas habilidades que apresente.

"Acreditamos, que ao incluir o aluno com deficiência na escola regular, estamos exigindo desta instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas" (MANTOAN 1997, p.120).

Oferecer um ambiente favorável à inclusão, não é só ter conhecimento das mais variadas diversidades, o que é possível ser trabalhado, ou o que a criança já possui de conhecimento, como também e principalmente, respeitar suas limitações, reconhecendo suas diferenças e ressaltando suas potencialidades.

Assim, as pessoas com deficiência necessitam ser analisadas, a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sobre esse aspecto é facilmente compreensível que a escola não tenha de consertar o defeito, valorizando as habilidades que o deficiente não possui, mas ao contrário, trabalhar sua potencialidade, com vistas em seu desenvolvimento.

Indiscutivelmente, enfrenta-se, nos últimos anos, um dos maiores desafios para a comunidade educativa, que é o de conseguir que os alunos- independentemente de suas diferenças, sejam elas de ordem social, econômica, cultural, familiar, ou referentes a qualquer alteração sensorial, cognitiva ou física- tenham acesso a uma educação de qualidade.

O movimento pela inclusão deixa de ver apenas as dificuldades de aprendizagem do aluno – até então consideradas como um problema, levando-os a fracassar continuamente - para questionar as abordagens assumidas pelas escolas, com o objetivo de atender às necessidades individuais de todos os alunos. O olhar é direcionado, para o currículo, para o fazer pedagógico, para as relações interpessoais existentes, entre outros aspectos, e não apenas para o aluno em si.

Este desafio passa também pela compreensão daqueles que entendem a educação como um direito de todos. Não basta incluir a pessoa com deficiência no ambiente escolar; é necessário trabalhar em conjunto com toda sociedade com o

desejo de oferecer uma educação capaz de transformar sua realidade, construindo uma sociedade onde caibam todos.

O desafio dos profissionais da psicologia e educação será o de trabalhar por uma escola inclusiva, com qualidade de ensino, pois se sabe da importância da educação básica. A educação básica é a mola mestra do desenvolvimento econômico e social de um país. É claro que ela não está só neste desafio. Necessita-se de uma justiça que funcione, de uma saúde que abrigue a todos e de uma política comprometida com o cidadão. "Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos: a sociedade inclusivista" (SASSAKI 1997, p.42).

A inclusão só deixará de ser um sonho, quando todas as pessoas com algum tipo de deficiência tiverem de fato as mesmas oportunidades, seja na educação ou no trabalho, em todos os campos em que a sociedade nos permite estar. Todas as mudanças de comportamento e de pensamento necessárias para que a inclusão seja eficaz em nossa sociedade só virão quando as pessoas descobrirem o quanto as nossas diferenças podem ser compartilhadas, e úteis às outras pessoas.

## **REFERENCIAL METODOLÓGICO**

A metodologia da pesquisa foi bibliográfica que segundo Gil (2007), tem como principal vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Como também em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

A escolha do método deu-se a partir do desejo de aprofundar teoricamente, a partir de um levantamento bibliográfico da literatura da Psicologia e Educação inclusiva brasileira a respeito das concepções historicamente construídas sobre inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Para tanto foram utilizados textos de teóricos e relatos empíricos da área, alguns livros escritos sobre a educação escolar do deficiente, artigos de revistas, algumas documentações de fontes secundárias sobre o tema específico bem como, sobre a história da educação no Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise da literatura da Psicologia e Educação inclusiva brasileira, é interessante observar, que quando se olha para as concepções historicamente construídas sobre inclusão educacional escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, percebe-se que embora as concepções venham evoluindo, muitas idéias continuam arraigadas, permeando os olhares negativos sobre a pessoa com deficiência.

Somente nos fins do século XIX, deram início ao atendimento as pessoas com necessidades educacionais no Brasil, por um enfoque na educação especial como algo filantrópico. Porém, mesmo ocorrendo isso nos primórdios, ainda hoje se vê essa filantropia na maioria das instituições e na sociedade como um todo, a qual ainda não se encontra apta a refletir sobre a educação especial. Uma vez que a maioria das pessoas vê prioritariamente a doença e não a pessoa em si, excluindo-as e segregando-as da própria sociedade.

Diante disto, pode-se perceber que durante muito tempo o que predominava era a exclusão e segregação das pessoas que não tinha participação alguma na sociedade e viviam isoladas da população de “normais”. E, em se tratando de educação, “(...) a maioria da população era marginalizada, excluída ou segregada do sistema educacional regular de ensino” (BARBOSA, 2006, p. 16). Desta forma, é preciso ressaltar que o espaço educacional de escolha nem sempre foi a escola comum, mas sim instituições segregadas de ensino, principalmente de cunho filantrópico ou assistencialista, cujos objetivos educacionais divergiam daqueles dos educandos considerados “normais”, aptos a freqüentar a escola comum. Porém, não podemos esquecer que ainda hoje em pleno século XXI pessoas são vítimas de exclusão e segregação, ainda que se tenha buscado alcançar a inclusão. No entanto, estar-se caminhando a passos lentos para esta grande conquista.

Contudo, levando em consideração perspectivas e tendências atuais sobre o tema em questão, constatou-se que as pessoas com necessidades educacionais especiais já se encontram inseridas no sistema regular de ensino, mas muito ainda falta ser feito para que esta inclusão não se dê de forma precária, ou seja, não seja



uma “inclusão precária e instável, marginal” (BARTALOTTI, 2006, p.09). Uma vez que, a escola que temos atualmente não favorece o professor a trabalhar no contexto da diversidade, pois – entre outros aspectos- não prioriza o diálogo e a cooperação entre os alunos não valoriza e não reconhece o valor do saber e da experiência adquirida pelos mesmos, nem tampouco pelos professores, no exercício profissional. Desta forma,

“apesar das posições tomadas para a implementação do referido sistema de leis e decretos, bem como dos esforços mantidos pelo governo nesse sentido, pouco se tem conseguido em relação à efetivação de uma escola de qualidade para *todos*, que garanta não só a presença do aluno na escola, mas sua permanência de forma eficaz” (BARBOSA, 2006, p.38).

Portanto, no que diz respeito às pessoas com necessidades educacionais especiais, foco central dessa discussão, a análise de nossa realidade tem mostrado que de uma maneira geral, esta parcela da população está precariamente incluída nos diversos âmbitos sociais especialmente no educacional, no que se refere ao sistema de ensino regular.

Em relação às diversas formas de o deficiente ser percebido nos vários tempos e lugares; foi a partir das pesquisas feitas que se pôde identificar os principais tempos históricos que tratam da educação especial, os quais foram: o tempo da exclusão/segregação, tempo da integração e o tempo da inclusão, sem esquecer os períodos históricos (Antiguidade, Idade Média e Renascimento), os quais foram de grande importância para a construção linear da evolução histórica por qual passou a educação especial e conseqüentemente o olhar sobre a pessoa do deficiente. Uma vez que, de acordo com Costa (2009) no início, o deficiente era visto como um ser humano sobrenatural, passando em seguida a ser reconhecido como tendo “alma”, até o momento que surge a preocupação com o indivíduo em si.

Quanto aos tempos da educação especial, no princípio os deficientes eram tidos como incapazes de aprender, percebendo-se, a pouca atenção que se dava aos “anormais”. Em seguida são vistos como capazes de aprender, porém eles é que tinham que se “enquadrar” ao modelo vigente, “normal”, ou seja, tentarem ser como as “pessoas normais” e por fim são vistos como pessoas capazes de aprender, mas ao contrário daquele, neste tempo, a escola, a sociedade é que tem que se adaptar as pessoas que possuem necessidades especiais. Contudo, este tempo deveria estar no presente, mas não se vê ainda uma prática efetiva neste sentido, sendo

este tempo, portanto uma esperança de concretização desta prática num futuro bem próximo.

Conclui-se, portanto, que assim como evolui os estudos em relação à pessoa com deficiência, evolui o olhar, as concepções em relação ao mesmo, já que, não é só o conceito que avança, mas também as práticas.

Revisitando as correntes teóricas, a primeira constatação é a de que as idéias que se têm cunhado sobre educação refletem o momento histórico da própria sociedade, bem como a filiação filosófica dos pensadores. Estes, geralmente, traduzem em seus escritos o modelo de homem “ideal” vigente cabendo à educação concretizá-lo.

No que concerne a construção escolar proposta ao deficiente, a escola que se estar evidenciando como mudança seria a escola que rompe com todo esse processo e possui uma nova concepção do ato de ensinar e de aprender. Envolve um novo olhar, um novo compreender, um novo fazer educação. Pressupõe um ambiente livre de preconceitos, que valoriza a relação entre os diferentes e a construção do conhecimento num espaço coletivo e cooperativo.

De acordo com Carvalho (2004), acredita-se, por bom senso, que se precisa apreender que escolas inclusivas, não dependem só e apenas dos seus gestores e educadores, pois as transformações que nela precisam ocorrer, urgentemente, estão intimamente atreladas às políticas públicas em geral e, dentre elas, às políticas sociais.

Aceitar a inclusão é antes de tudo aceitar que vivemos em uma sociedade onde as diferenças são reais e devem ser respeitadas. A educação como outras áreas da sociedade é grande responsável por essa mudança de comportamento, e uma de suas missões é a de passar informação, que é uma das formas mais simples de se combater o preconceito.

Em relação, a reflexão de que a inclusão não se deva dar-se apenas no espaço educacional, mas também no âmbito social; busca-se a explicação em uma das mais antigas e legítimas reivindicações das pessoas com deficiência, quer seja: a acessibilidade.

Segundo Baptista, Caiado e Jesus *et al.* (2010) no final dos anos 40 a abrangência do termo acessibilidade parecia limitada a assuntos que tratavam das chamadas barreiras físicas ou arquitetônicas. No caso, a idéia de acessibilidade concede tão somente destaque para projetos arquitetônicos, que oferecem

condições seguras e de autonomia para os usuários com limitação motora ou com mobilidade reduzida, no uso dos espaços urbanos, dos equipamentos e das edificações.

Nos anos 80 o conceito de acessibilidade, embora dirigido às pessoas com deficiências motoras, se estendeu para além das edificações, apontando para as chamadas barreiras ambientais, as quais envolviam tacitamente as barreiras atitudinais.

Na década seguinte, “foram identificados outros obstáculos tanto para os usuários com limitações motoras quanto para aqueles com outras deficiências – são as chamadas barreiras de comunicação e de transporte” (BAPTISTA, CAIADO e JESUS *et al.* 2010, p.269).

Diante do exposto reflete-se que esta inclusão não se deva dar-se meramente no contexto educacional, mas em toda a sociedade, e que esta inclusão, não deve ser apenas em termos de vencer barreiras físicas ou arquitetônicas, não somente eliminar barreiras, mas essencialmente de garantir acesso e ir muito além do que isso, vencer as barreiras atitudinais/sociais, principalmente o preconceito e estigma que se tem dessas pessoas. É cultivar o respeito, a igualdade na diversidade, para promover uma educação para a diversidade e assim construir uma sociedade mais justa, oportunizando-os a demonstrar todo o seu potencial.

Destarte, ao comparar e refletir a respeito de toda a evolução da percepção das pessoas com necessidades educacionais especiais e contrapondo-os com a realidade vivenciada nas instituições filantrópicas, as quais visitamos, chega-se a conclusão de que houve um avanço; ainda que lento, mas que muito, falta a ser feito, pois para muitos a inclusão é utopia, porém, ela deve ser buscada. Sendo uma inclusão social, uma vez que é para todos e não somente para os “especiais”.

Fica claro, conseqüentemente, que a inclusão social é um processo de mão dupla, ou seja, tanto a pessoa com deficiência como a sociedade precisam se modificar. Assim, o novo modelo de educação busca estabelecer uma visão diferente, um mundo mais justo e igualitário, onde todos tenham os seus direitos garantidos, bem como o acesso imediato e contínuo ao espaço comum da vida em sociedade. Sociedade esta que precisa ser orientada no sentido de exercer relações de acolhimento à diversidade humana, aceitando as diferenças individuais e exercendo esforços coletivos na equiparação de oportunidade, favorecendo às pessoas em geral uma melhor qualidade de vida.

Por fim, pôde-se verificar a necessidade desta discussão ultrapassar as paredes da universidade, uma vez que esta reflexão perpassa o meio acadêmico; para que mais pessoas possam ter acesso a essas discussões que são de grande relevância para o nosso desenvolvimento intelectual, humano e pessoal. Desta maneira, por se tratar de uma temática tão importante esta deveria estar presente na formação dos cidadãos. E mesmo se construindo com enfoque ensino-aprendizagem, essa inter-relação entre os diversos saberes é muito importante para entender melhor o vasto âmbito em que se encontra a educação especial.

Para tanto este trabalho é o início de muitos que virão; o primeiro e fundamental passo para muitos estudos complementares que, haverão de surgir. Assim, espera-se que este estudo, mesmo dentro de suas limitações, motive outras visões mais completas e profundas, a respeito da inclusão educacional escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se concluir que a inclusão é um assunto complexo, principalmente quando se fala de inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência. Os dados obtidos demonstram a importância dessa discussão ser inserida cada vez mais nos variados âmbitos da sociedade, para que se possa refletir em relação à diversidade de temas que permeiam essa problemática.

Diante disto poder-se-ia questionar: o que é ser normal? Uma vez que, a maioria das pessoas usa como critério um modelo fluido e indefinido de “normalidade” e cujos parâmetros diferenciam-se de cultura, para cultura, de pessoa para pessoa, assim, o que parece ser normal para alguém, pode não ser para outra pessoa e vice-versa.

Surge também, outro questionamento: será que nós também não somos seres especiais? Pois, se for pensar na diferença, possuímos características individuais, sempre expressão de riqueza, as quais nos tornam tão especiais, quanto às demais. Sendo assim, por que temos que ser iguais? Talvez porque ficaria mais fácil ou acessível conviver com o igual, não incomodaria e não haveria necessidade de se auto-reconhecer perante a diversidade. "Na verdade, o que o homem vê e teme é a sua própria fragilidade perante a vida, a sua própria finitude. O conflito originado do

confronto do que ele é com o que ele pode vir a ser provoca no homem toda repulsa em relação à diferença" (MARQUES apud MANTOAN 1997, p. 19).

Este aspecto pode equiparar-se à analogia feita ao clássico da literatura infantil "O patinho feio", uma vez que, esta história pode ser considerada a trajetória das pessoas com necessidades educacionais especiais, as quais pagam o ônus por serem "diferente", já que, somos criados para sermos iguais. E, assim como o *patinho feio* sofreu muito até descobrir a verdade sobre si próprio: que ele não era um pato feio e diferente dos outros, era na verdade um lindo cisne; as pessoas com necessidades educacionais especiais sofrem muito até que as demais pessoas descubram seu verdadeiro valor, sua verdadeira beleza. Percebe-se então, que os problemas de adaptação e aceitação, enfrentados pelo personagem principal da história, aparece como pano de fundo para mostrar a valorização do indivíduo por suas qualidades intrínsecas e não por seus privilégios e atributos exteriores.

Em relação ao papel desempenhado pelos governantes, as pesquisas bibliográficas mostram que sua preocupação diante deste assunto só se deu apenas nos momentos e na medida exata em que dele sentiram necessidades, pois enquanto era possível e conveniente, os deficientes eram segregados da sociedade. Todavia, deve-se ressaltar que nos últimos anos o governo avançou muito nas questões de investimentos. Principalmente nas salas de recursos multifuncionais, as quais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

A educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal para todos os alunos e a efetivação desse direito deve ser cumprido pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção. Assim, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais constitui uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo que possibilite garantir uma educação de qualidade. Porém, muito ainda falta ser feito, para que a idéia de inclusão seja mais amadurecida nas mentes dos governantes, como também dos educadores, pais e sociedade, com a finalidade de deixar de ignorar a existência do problema e torná-lo parte de nossas vidas como algo natural.

Para tanto devemos refletir quanto ao nosso papel enquanto seres humanos pertencentes dessa sociedade tão cruel que em vez de incluir essas pessoas, as excluem, sendo nós os principais responsáveis por a visão que se possui atualmente, concomitantemente depende de nós termos uma nova visão sobre esses indivíduos, já que a inclusão requer uma mudança de atitude.

Portanto, cabe a cada um de nós darmos o primeiro passo em busca de uma nova ótica para o cenário educacional brasileiro, especialmente no que diz respeito ao cenário da educação especial.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. (Org.) *Educação especial: diálogo e pluralidade*. 2ªed. Porto Alegre: Mediação, 2010, p.269-291.

BARBOSA, Vera Lúcia de Brito. *Por uma pedagogia inclusiva*. João Pessoa: Manufatura, 2006.

BARTALOTTI, Celina Camargo. *Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?* São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com pingos nos 'is'*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COSTA, Maria da Piedade Resende da. *Educação especial: aspectos conceituais e emergentes*. São Carlos: EduFSCar, 2009.

ESPAÑA. Ministério da Educação e Ciência. *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais*. Espanha: UNESCO, 1994.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. Ed. São Paulo: Atlas 2007.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

\_\_\_\_\_. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

KASSAR, Mônica de C. Magalhães. *Uma leitura da Educação Especial no Brasil*. In: Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis: Vozes, 2004, p.19-42.

MANSO, Maria Elisa Gonzalez. *Os portadores de necessidades especiais e o novo Código Civil*. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 76, 17 set. 2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4314>>. Acesso em: 25 maio 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva*. In: Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis: Vozes, 2004, p.79-94.

\_\_\_\_\_. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MARTINEZ, Albertina Mitjans. *Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas*. 2ª ed. Campinas, SP: Alínea, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão. Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.